

Uma região metropolitana em Coimbra para melhorar a vida dos cidadãos



Jorge Brito é o secretário executivo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

Promover a região A Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra está a comemorar o 10.º aniversário e o balanço é “extremamente positivo”. O secretário executivo, Jorge Brito, destaca nesta entrevista o trabalho feito ao longo dos últimos anos de “afirmação, de galvanização, de melhoria e desenvolvimento, de um melhor cuidado, de um melhor olhar, de prestar os melhores serviços aos cidadãos e às empresas”

→ Manuel de Sousa

Diário de Coimbra A maior comunidade intermunicipal do país está a celebrar o 10.º aniversário. Que balanço faz destes primeiros 10 anos de atividade da CIM da Região de Coimbra?

Jorge Brito É um balanço francamente positivo. São os 10 anos desta geografia da comunidade intermunicipal mas é importante que se diga que há todo um trabalho que foi feito antes desta configuração atual, das anteriores comunidades intermunicipais que

precederam a Região de Coimbra, no caso o Baixo Mondego e também o Pinhal Interior Norte. Porque a Região de Coimbra, como é sabido, resulta da fusão destas duas comunidades intermunicipais, que trouxe esta nova geografia, este território que configura a maior

comunidade intermunicipal do país, com 19 municípios, com uma área bastante heterogénea e com a sua heterogeneidade cheia de desafios, todos os dias, e cheia de dinâmica e de respostas que são diferenciadas face ao que é o próprio território. Se há um pequeno

laboratório vivo daquilo que é expressão deste país em heterogeneidade é a Região de Coimbra, porque de facto tem esta dimensão, como nós dizemos, do mar à serra. O trabalho feito ao longo dos últimos anos de afirmação, de galvanização, de melhoria e desenvolvimento, de um melhor cuidado, de um melhor olhar, de prestar os melhores serviços aos cidadãos, às nossas empresas, eu acho francamente que tem um balanço extremamente positivo e que é visível aos olhos de todos.

De que modo tem a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra contribuído para melhorar a qualidade de vida das pessoas que aqui habitam?

Sem querer quantificar e sem estar aqui a dar exemplos concretos, primeiro há um necessário processo de afirmação que a própria estrutura teve de fazer ao longo destes anos, de reconhecimento, e que, hoje em dia, acho que aos olhos dos atores da nossa sociedade é perfeitamente reconhecido e veem na comunidade intermunicipal um parceiro de diálogo, alguém que ajuda a desbloquear processos. É importante também ressaltar aqui as ligações umbilicais que existem com as nossas instituições de conhecimento, com os centros tecnológicos, com a sociedade civil, num esforço, num fórum de articulação de política pública entre os vários autarcas, portanto naquilo que é a dimensão de subir aqui de escala, de nível, porque se tem respostas agregadas em setores onde por vezes há atomização. Dou um exemplo concreto: quando falamos em floresta, o que faz sentido é que tenhamos respostas do ponto de vista de po-

lítica e de ações ao nível daquilo que é a nossa ocupação florestal e portanto aí a escala intermunicipal efetivamente faz todo o sentido. E dou este exemplo como poderia dar vários. Temos contribuído e temos-nos esforçado por isso, e vamos continuar a esforçar-nos cada vez mais para efetivamente respondermos cada vez melhor àquilo que são os anseios das nossas populações, das nossas empresas e da nossa sociedade.

Está a cumprir-se “a visão estratégica comum para a Região de Coimbra”, um dos pressupostos do trabalho desta comunidade intermunicipal, ajudando a valorizar e desenvolver “um território mais unido” e com uma identidade própria?

Esta identidade acho que é clara e inequívoca. Há claramente uma afirmação quer no contexto regional, quer no contexto nacional, daquilo que é o território da Região de Coimbra. De facto, por força daquilo que são os nossos autarcas, daquilo que é o seu trabalho, daquilo que é o trabalho feito pela direção da Comunidade Intermunicipal, hoje em dia há uma afirmação e a Região de Coimbra é uma voz que se faz ouvir no contexto nacional, que é muito respeitada e também sempre atenta. Os nossos desígnios são constantes, nós reinventamos-nos todos os dias com vista a dar resposta aos desafios. Temos uma visão estratégica, assente em cinco eixos, onde à cabeça está claramente definida a afirmação desta região enquanto região metropolitana, portanto o processo de metropolização da região, que neste momento está a fazer o seu caminho. Estamos cientes e é claro o caminho que queremos seguir.

Considera bem sucedido o trabalho da CIM na articulação com os municípios para a promoção das potencialidades e recursos desta região? O que está ainda por fazer?

O trabalho nas diversas áreas de articulação com os municípios e com os vários agentes da nossa sociedade é um trabalho sempre inacabado. Todos os dias lutamos no nosso território pela melhoria da qualidade de vida, por melhores serviços públicos, por melhores condições para as nossas empresas. É uma constante. O nosso “core business”, uma das nossas funções primárias, é a articulação com os municípios, essa agregação de vontades com vista a que efetivamente este território tenha o seu espaço, tenha a sua voz no panorama nacional e que faça a justa reivindicação dos meios e recursos para implementar a sua estratégia. Esse é um objetivo claro. Há questões mais bem conseguidas e outras menos bem conseguidas, naquelas que dependem de nós lutamos todos os dias para as conseguirmos melhorar, e há questões que não dependem de nós mas também não vamos baixar os braços. É um exercício de empenho diário, de ligação quer para cima quer para baixo. Quando dizemos para cima quer dizer com os vários organismos, as várias entidades, nacionais e internacionais, e hoje em dia a CIM no próprio contexto europeu é já uma voz que se faz ouvir e é muito reconhecida nas instâncias europeias. E na ligação para baixo, como não podia deixar de ser antes de mais com as autarquias, que são o nosso “core business”, mas também ouvindo os vários agentes da sociedade, empresas, universidades, polític-



Está no desígnio de todos a afirmação desta grande região como uma região metropolitana. E como é que essa dimensão pode ser corporizada, pode ser sentida e pode preconizar uma efetiva melhoria para a qualidade de vida dos nossos cidadãos

Há claramente uma afirmação quer no contexto regional, quer no contexto nacional, daquilo que é o território da Região de Coimbra

O orçamento da CIM tem crescido ao longo dos últimos anos a uma média de cerca de 25% por cada exercício

nicos, instituições de saber, etc.. Mas isto é um processo inacabado e ainda bem que assim é.

Que estratégias está a CIM a desenvolver para a promoção da economia e do tecido empresarial deste território?

Nós estamos neste momento numa fase extremamente interessante relativamente a esse domínio. Para já porque quer a CIM mas também o próprio país pauta os seus números na atuação, na promoção do desenvolvimento económico e na atração de investimento muito alocada à questão daquilo que são os vários ciclos de financiamento. E o facto de existirem neste momento um conjunto de apoios e outros sistemas de incentivos para empresas, para os quais não somos alheios, alguns deles que vão ser geridos até diretamente dentro dos instrumentos que a CIM tem, nomeadamente para apoio às pequenas empresas, vai permitir ter aqui uma nova vaga e um novo impulso. Mas acima de tudo gostaria de destacar, e fruto do posicionamento e da notoriedade que a CIM tem ganho, aquilo que tem sido um conjunto de acordos de ligação com outros países, por exemplo com o governo de Valle del Cauca na Colômbia; recentemente assinamos um convénio com a Câmara de Comércio Luso-Mexicana para permitir que as nossas empresas possam exportar e ter ligações com empresas daquilo que é um grande mercado nas Américas; estamos a poucos dias de assinar um acordo com a Câmara de Comércio do Estado de Santa Catarina no Brasil; portanto são várias as ligações que estão a ser feitas, muito em função daquilo que é uma conexão do

nosso mercado, do nosso tecido, com aquilo que são as oportunidades e as potencialidades que podem ser dadas nas várias geografias. Esse exercício quase de “matching” é feito por nós com base num instrumento que criámos, que é um plano para atração de investimento para o nosso território, e também um plano de internacionalização que fizemos numa parceria com o Instituto Pedro Nunes que nos permitiu quase criar um radar e ver de que forma é que nós podemos ajudar. Também a ligação com as nossas associações empresariais tem sido cada vez mais estreita. Destaco aqui o Conselho Empresarial da Região de Coimbra, com quem temos estreitado e com quem estamos a preparar processos, candidaturas com vista a criar maior dinâmica no nosso tecido empresarial. Mantemos naturalmente um diálogo aberto para perceber de que forma podemos ajudar as empresas, seja com recursos financeiros, materiais ou humanos, a responder a questões, algumas delas que são estruturais. A questão do apoio às empresas faz-se sentir por vários domínios. Financeiro é um, mas depois apoio, qualificação, valorização. E insisto nisto: a qualificação, a inovação, a ligação à academia é algo que também procuramos cada vez mais que seja feito neste território.

A que ponto tem sido relevante o papel da CIM na promoção e valorização do turismo desta região?

É uma daquelas áreas onde a afirmação intermunicipal ou regional se faz sentir com maior acutilância, porque efetivamente a indústria turística vive de um conjunto de

motivações, de tendências, de procura, de mercado, que nós temos de analisar, mas acima de tudo vive com base numa lógica de estruturação de produto. E os produtos estruturados fazem sentido onde há esses recursos. Aquilo que nós fazemos neste trabalho de ligação com os municípios é tentar estruturar os recursos que temos para que esses recursos se transformem em produto turístico, quase num processo de lapidação do diamante, por assim dizer. O recurso pode lá estar mas é importante que ele esteja transformado em produto que seja vendável, permita atratividade, que permita criação de valor, que permita atrair os turistas, que permita que os turistas e as empresas no momento de decisão do sítio para onde ir ou do sítio onde fazer negócio olhem para a Região de Coimbra ao invés de olharem para outras regiões do país, e para isso é preciso comunicar, é preciso afirmar. Portanto é todo este trabalho de articulação de gestão e como digo, insisto, na passagem, que pode ser aparentemente simples mas não é, daquilo que são os recursos que existem para produto turístico comercializável, atrativo e vendável. Falamos do turismo, mas podemos também estar a falar de outras áreas. A presença em certames sejam eles do ponto de vista turístico ou do ponto de vista empresarial, ou até de outra temática ou área setorial, é a face visível daquilo que é o trabalho feito a montante. Se não se estruturar os produtos nós não temos nada para vender nas feiras, e as feiras são locais de venda, são locais de negócio, portanto é importante reafirmar que os certames são locais que visam proporcionar notoriedade, visibilidade mas acima



Jorge Brito: "Hoje em dia a voz da Região de Coimbra faz-se ouvir do ponto de vista nacional e internacional"

de tudo têm que proporcionar negócio, têm que criar valor, e isso só se faz se a montante desse trabalho se conseguir efetivamente ter um conjunto de produtos que se possa estar ali a apresentar, a vender, que tem um valor pecuniário, que trazemos as nossas empresas para o comercializar.

Dos projetos intermunicipais em curso e dos que estão previstos, quais os que se destacam, pelo valor e impacto, em áreas como a segurança e proteção civil e a conservação da natureza e recursos naturais?

Na proteção civil permitia-me destacar os vastíssimos investimentos que têm sido feitos ao longo dos anos. Operações que são bandeira, como seja o caso do sistema de videovigilância e deteção automática, o sistema de sensorização do

território e plataforma de gestão de emergências, a articulação que é feita hoje a nível da proteção civil e de socorro, e aí já estamos perante uma valência em que a nova reorganização dos comandos de proteção civil ao nível da escala da CIM efetivamente permitiu esta melhor otimização, quer de recursos quer de meios. A CIM também se dotou de um conjunto de equipamentos muito específicos, de maquinaria específica, que funciona de uma forma supletiva ao apoio às câmaras municipais, como sejam máquinas de rastros, ceifeiras aquáticas, etc.. Para isso foi necessário fazer um bom diagnóstico daquilo que são perigosidades e as suscetibilidades do território, também de que forma é que por exemplo as alterações climáticas estão ou não estão a agudizar a exposição aos riscos do nosso ter-

ritório. Como digo, nós só damos uma boa cura se tivermos um bom diagnóstico. Portanto esse diagnóstico, também feito em parceria com a Universidade de Coimbra, permitiu-nos fazer um melhor planeamento. Destacaria esse projeto mas também o trabalho que estamos a ter no âmbito da agenda mobilizadora das florestas, e projetos como a recuperação da fileira da resina natural, ou muito em breve vamos anunciar a criação de uma rede a nível dos vários municípios para a recolha do material lenhoso e do material florestal sobranante, numa lógica de diminuir aquilo que são as disponibilidades desse material no território e acima de tudo criar valor e reintroduzir a circularidade no processo. Essa é uma operação que vamos lançar muito em breve. E operações como seja a renatura-

lização do rio Ceira. São portanto várias as intervenções neste domínio. Posso dar o exemplo também das intervenções a nível do controlo dos jacintos de água e da criação do primeiro campo para a alimentação de abelhas do país. Fizemos um projeto muito interessante e muito importante para o combate à vespa asiática. É uma área importante face ao que as feiras do mel e a apicultura representam para a economia do nosso território. Enfim, são dezenas, imensas ações que têm impacto na vida das pessoas.

E na área da promoção cultural?

Por exemplo o lançamento da rede cultural da Região de Coimbra, o programa Coimbra Região de Cultura, algo que foi criado de raiz e no qual estamos a trabalhar neste momento com os municípios o próximo ciclo. Como digo, avançando aquilo que são as opções dos municípios, estruturando, permitindo a circularidade dos vários agentes culturais pelo nosso território, um intercâmbio no território, a criação de processos como foi as orquestras comunitárias com agentes de todo o território.

Como avalia o reforço da afirmação política da CIM de Coimbra e desta região? Tem hoje mais peso e influência nas políticas nacionais?

Isso claramente. Fruto, e é importante que se diga isso, do esforço e dedicação que os nossos presidentes de Câmara têm tido, do compromisso que todos têm tido em prol dos seus territórios e também desta região. Hoje em dia a voz da Região de Coimbra faz-se ouvir e faz-se sentir do ponto de vista nacional, mas destacaria mais,

também do ponto de vista internacional. Nós somos em algumas iniciativas europeias a entidade nacional que tem maior expressão, fazemos parte de fóruns, somos, por exemplo, das poucas entidades públicas presentes na iniciativa que a Comissão Europeia está a desenhar para a Indústria 5.0, somos a única entidade portuguesa que está representada na Agenda Urbana para o Turismo Sustentável a nível europeu. Destaco também o contributo para os esforços de cooperação incentivados pelo novo referencial europeu com países terceiros, quer ao nível dos PALOP quer até a nível da América Latina. Esta ligação leva-nos a responder a um desafio da Comissão Europeia, e ainda há pouco tempo fizemos uma iniciativa em parceria com uma ilha de Cabo Verde e também com um território do sul da Argentina. Estou a dar exemplos daquilo que é esta afirmação que existe da região, num posicionamento que é legítimo de defesa dos interesses coletivos deste território e claro também para responder aquilo que é uma posição que durante anos foi consolidada pelas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e sobre a qual a Região de Coimbra está aqui neste meio a sofrer um bocadinho do efeito tesoura, e que é importante que também ganhe o seu espaço, o seu lugar e a sua voz.

A descentralização de competências do poder central para o poder local trouxe mais responsabilidades e recursos financeiros para as câmaras, e também, numa escala supramunicipal, para a CIM de Coimbra. Que avaliação faz desse processo?

Temos neste momento a decorrer um processo de avaliação financeira do impacto da descentralização em alguns setores, nomeadamente na saúde, no setor social e na educação, que está a ser feito em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Portanto é um bocadinho prematuro estar neste momento a falar em questões de impacto financeiro. Nós temos números parciais, temos algumas áreas onde os números estão fechados

ou praticamente fechados, mas de facto, para falarmos com rigor daquilo que são efetivamente impactos do ponto de vista financeiro temos de esperar um bocadinho. Alguns destes números só podem ser dados após a competência ser exercida. Ela é exercida, há um período de análise para se avaliar o impacto. Mas do ponto de vista legal é, de facto, um exercício tentando responder àquilo que são as competências que no caso da CIM foram transferidas e descentralizadas no âmbito deste processo, desde áreas como seja a atração de investimento, gestão de fundos comunitários, o turismo, o setor social, a educação, as vias navegáveis, o ambiente, a proteção civil. São imensas as áreas e nas quais nem sempre os recursos financeiros acompanham aquilo que são as necessidades para o exercício dessas mesmas competências. De facto isto obrigou acima de tudo a uma reconfiguração da estrutura, da casa, com recursos por vezes muito próprios. Como digo, neste momento estamos a avaliar, mas antecipamos no caso da CIM que esse exercício seja deficitário do ponto de vista financeiro para o exercício dessas competências. No caso dos municípios os presidentes de Câmara têm feito voz daquilo que são as suas posições, elas são sempre diferentes e sempre heterogéneas. Mas para que esse exercício seja feito com seriedade temos de esperar para conhecer o resultado dos trabalhos que estão a ser feitos.

As áreas que os municípios associados delegam na CIM de Coimbra têm igualmente vindo a crescer. A estrutura está dimensionada e capacitada para dar resposta adequada a essas novas exigências?

A questão dos recursos humanos é assunto. Seja pelo exercício da descentralização de competências seja pelas maiores responsabilidades que vamos ter do ponto de vista do processo de gestão e implementação do próximo ciclo de financiamento comunitário, a estrutura tem de ser necessariamente redimensionada, porque

A atual sede na Rua do Brasil já não responde às necessidades do crescimento da CIM da Região de Coimbra, que quer mudar para Santa Clara



há áreas e matérias que agora efetivamente vamos ter de tratar, nomeadamente do ponto de vista de financiamento comunitário que não tínhamos sob a nossa gestão, e vamos ter áreas como eficiência energética, etc. Estamos a falar de áreas de recursos muito especializados e nós estamos efetivamente a procurar; agora, e é importante que se diga, nem sempre o mercado responde. Neste momento isso é um desafio, constante, dinâmico, portanto é um assunto que nós temos em cima da mesa e temos que tentar mitigar o seu impacto.

Com quantos profissionais conta atualmente a estrutura da CIM de Coimbra?

Se nós contarmos com operacionais e com os nossos recursos humanos, desde as brigadas de sapadores florestais que temos até aos técnicos altamente especializados, neste momento são mais de 50 funcionários que temos na CIM da Região de Coimbra.

Foi anunciada a decisão de transferir a sede da CIM da Rua do

Brasil para a Quinta da Machada em Santa Clara. Porquê e para quando essa mudança?

Esse é um processo que está a ser trabalhado. Essa decisão foi apresentada pelo nosso presidente dr. Emílio Torrão aquando da apresentação das comemorações dos 10 anos da CIM e portanto aquilo que neste momento os serviços da CIM estão a fazer é desenvolver todo o processo do ponto de vista técnico, de análise de viabilidade. A localização indicada deve-se ao facto de a CIM ser proprietária de um terreno em Santa Clara. Nesse local, o que estamos a fazer e a trabalhar com os serviços da Câmara de Coimbra é avaliar aquilo que serão a possibilidade e edificabilidade, quais são as condicionantes que existem do ponto de vista dos instrumentos de gestão territorial para que efetivamente possamos avançar para a fase seguinte, para aquilo que são os pedidos de informação prévia, para os processos de conceção. O espaço atual já não responde claramente às necessidades da CIM da Região de Coimbra e temos como objetivo claro apresentar uma solução ao

Conselho Intermunicipal para que ela possa ser discutida, avaliada do ponto de vista de custos, etc., até ao final do ano.

Do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, celebrado recentemente entre a CCDRC e esta CIM, no valor de 152 milhões de euros, que projetos destacaria? Pode dar dois ou três exemplos?

O pacto de desenvolvimento e coesão territorial que tem esse valor de fundo e que alavanca perto de 180 milhões de euros é uma peça daquilo que é o cumprimento de um objetivo maior. De facto vivemos tempos muito particulares relativamente a essa matéria porque temos que combinar os exercícios do PT2030 com o exercício do PRR, com outras fontes de financiamento e é um exercício que nós todos os dias fazemos na casa. Com um objetivo claro, de responder às necessidades das pessoas, dos municípios, do nosso território. Isso é algo que é um diálogo constante, que tem de ser mantido e melhorado, porque por vezes o que nós vemos é que



esses fundos de financiamento não respondem àquilo que são as legítimas necessidades e aspirações dos territórios. Nós estamos numa altura com avisos abertos, numa altura em que os beneficiários, autarquias e outros estão a apresentar candidaturas, mas efetivamente há alguns projetos que são bandeira é que irão continuar, seja o caso por exemplo dos projetos de combate ao insucesso escolar, com impacto extremamente positivo e altamente reconhecido, a continuação de uma aposta na modernização administrativa do nosso território, a valorização do património natural, portanto é imenso aquilo que está neste momento a ser preparado, e até ao final do ano contamos efetivamente ter o processo mais clarificado.

A comunidade intermunicipal tem sabido aproveitar os fundos disponibilizados pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)?

Eu considero que nós temos estado o mais atentos e o mais dinâmicos possível relativamente à questão. Aquilo que nós lamentamos, e que também o disse o presidente da Comissão de Acompanhamento do PRR, o professor Pedro Dominginhos, são os tempos que a execução do PRR está a ter. Aquilo que nós registamos são as demoras, os atrasos que nós temos face a um sistema de governança e uma arquitetura montada no PRR que é extremamente complexa e que leva a que efetivamente os números já pudessem estar melhores do ponto de vista de execução. O nosso desafio é estar aqui neste exercício de diálogo que é diário, constante, com estas entidades que são muitas, para que efetivamente consigamos atrair e mobilizar o maior número de recursos PRR para o território. Há áreas onde há questões cimentadas, destaco por exemplo o acordo de mais de 220 milhões de euros que foi assinado na área da habitação entre a CIM da Região de Coimbra e o IHRU,

mas também com a DGAEP, as Agendas Mobilizadoras, um projeto para investimento nas bibliotecas municipais. São vários os projetos, agora os tempos, os atrasos, é algo que nos preocupa. Temos de estar e vamos estar cada vez mais disponíveis para contribuir para esse esforço de aceleração do Programa de Recuperação e Resiliência.

A Assembleia Intermunicipal da CIM aprovou recentemente as contas de 2023. Qual é o orçamento e que verbas movimentam anualmente esta comunidade intermunicipal?

O exercício orçamental para este ano é um exercício dinâmico e eu vou explicar porquê. Face ao conjunto de instrumentos que são novos, alguns deles que foram até publicados após aprovação do nosso orçamento, antecipadamente aquilo que perspetivamos é que objetivamente vamos ter várias alterações, várias revisões ao longo do ano, seja pela execução do contrato de desenvolvimento e coesão territorial, à medida que as candidaturas, os processos vão ser aprovados, seja por exemplo pela implementação de uma iniciativa na área dos transportes chamada “Incentiva +TP” que vai acarretar um conjunto de fluxos financeiros para a comunidade intermunicipal que depois tem de redistribuir, seja pela medida de gratuitidade de passes, que vai incrementar o orçamento e depois a CIM tem a obrigação de redistribuir. Posso dar-lhe um número: o orçamento aprovado para este ano é de 18 milhões e meio de euros, mas de facto antecipamos que o ponto de partida não será o ponto de chegada que vamos ter no final do ano, porque como digo estamos perante este ano de estabilização e estamos a tentar perceber de que forma essas iniciativas têm impacto no nosso orçamento. Há uma coisa que é importante: o orçamento da CIM tem crescido ao longo dos últimos anos a uma média de cerca de 25% por cada exercício, portanto há aqui uma trajetória crescente. Há um conjunto de competências cada vez maiores mas também depende da nossa capacidade de angariação de recursos financeiros.

Vê os 10 anos que a CIM está agora a celebrar como uma oportunidade para refletir sobre o que este coletivo de municípios ambiciona para o futuro da região?

Claro, esse é um exercício que com as comemorações dos 10 anos se quis fazer, com a apresentação de vários momentos temáticos, setoriais, com discussões sobre as diversas áreas em que toca o território, desde as florestas ao mar, à economia, à demografia – que é um assunto que nos preocupa bastante, como é que conseguimos atrair, captar talento, pessoas para o nosso território –, trabalho com as zonas rurais, as zonas costeiras, impacto das alterações climáticas, que é algo que também nos preocupa quotidianamente, mas acima de tudo algo está no desígnio de todos, que é a afirmação desta grande região como uma região metropolitana. E como é que essa dimensão pode ser corporizada, pode ser sentida e pode ela preconizar uma efetiva melhoria para a qualidade de vida dos nossos cidadãos. ←